

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

-----No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no edifício da "Casa do Mineiro", sita na Av. Nova, sede da freguesia de Serro Ventoso, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2025 – (para conhecimento);*-----

-----3. *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2025 – (para conhecimento);*-----

-----4. *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2025 – (para conhecimento);*-----

-----5. *1ª Modificações aos Documentos Previsionais 2026-2030:* -----

-----5.1. *1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 (apreciação, discussão e votação);* -----

-----5.2. *Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026 (apreciação, discussão e votação);* -----

-----5.3. *1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026 (apreciação, discussão e votação);* -----

-----6. *Proposta de Carta Municipal da Habitação (apreciação, discussão e votação);* -----

-----7. *Proposta de declaração fundamentada de carência habitacional (apreciação, discussão e votação);* -----

-----8. *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2025 e seguintes (para conhecimento);* -----

-----9. *Adenda ao acordo de transferência de recursos para a freguesia do Alqueidão da Serra – Proposta (apreciação, discussão e votação);*-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Fernando Correia Marto (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Abna Rivca Simão Pato (CH), Joaquim Jorge Rino da Graça Santos (PS), Nuno Rafael Raimundo Santana (PSD), Isolda Maria Carreira do Rosário (PSD), António Rogério de Oliveira Vieira (PSD), Sheilla Cristina Pereira Saldanha (Deputada não Inscrita), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH), Raquel Ferreira Bento (PSD), Miguel Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Neuza Catarina Martins Morgado (PSD), Carla Patricia Frazão Ferreira Calé (CH), Tiago Manuel da Costa Rei (PSD).----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Luis Narciso Martins Fortunato (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Patricia Pereira Santos (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Vítor José Rosa Machado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Muliano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferraria (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento; Carlos Manuel Amado Cordeiro (MIAM) Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Fernando Quaresma Gomes, Pedro Miguel Silva Vala e Licínio Américo Martins Ferraria, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Júlio João Carreira Vieira (PSD), que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro, bem como Paulo Jorge Nobre Pereira (PS), que foi substituído por Gisela Rute Rosa Ferreira. -----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, agradecendo o acolhimento e a total

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilidade para a realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Em seu nome cumprimenta a freguesia de Serro Ventoso, sendo para si, em particular, uma honra e um gosto, estar aqui nesta freguesia, que também é a sua freguesia, onde nasceu e cresceu e aprendeu os valores de solidariedade e de humanismo, muito próprios de uma comunidade ladeada por duas serras, presidindo esta Assembleia. Seguidamente, depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao público presente, bem como a todos os que estão a acompanhar através das redes sociais do Município. Disse ainda que, esta sessão será regida pelo Regimento aprovado em 30.12.2025. Dando cumprimento ao compromisso eleitoral de realizar sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, nas freguesias do concelho, com o objetivo de fomentar uma aproximação entre eleitores e eleitos e de envolver as pessoas nas grandes linhas da política municipal, dando voz às populações, sendo esta a primeira sessão desta Assembleia, fora da sede do concelho, no mandato 2025/2029. Dando início à sessão ordinária da Assembleia Municipal de fevereiro de 2026, disse esperar que a mesma se desenvolva no interesse dos interesses da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município, e no uso das competências atribuídas por lei. Passou depois a informar a Assembleia Municipal, das faltas e substituições verificadas e que constam supra.-----

-----Passou depois a informar que a senhora deputada municipal, eleita pela Iniciativa Liberal (IL), Sheilla Cristina Pereira Saldanha, comunicou à senhora Presidente da Assembleia Municipal, o seguinte: -----

-----"Venho por este meio comunicar que deixei de ser filiada na Iniciativa Liberal, no entanto, mais informo que irei manter o meu mandato, como deputada municipal, passando assim, a exercer funções como deputada não inscrita e independente. Esta decisão foi ponderada e tomada com responsabilidade, na certeza de que assim poderei desempenhar melhor as minhas funções, para as quais fui eleita. Solicito que esta alteração seja registada e produzida nos termos regimentais aplicáveis. Sem mais, despeço-me com elevada estima e consideração."-----

-----Continuando, a senhora Presidente disse ainda que também foi recebido nos serviços da Assembleia Municipal, um comunicado do partido "Iniciativa Liberal", da desfiliação da deputada municipal, Sheilla Saldanha, do seguinte teor:-----

-----"**Iniciativa Liberal**, que usa a sigla IL, partido político legalizado e registado no Tribunal Constitucional desde 13 de dezembro de 2017, no registo dos partidos políticos, processo nº 57/ PP, com sede na Avenida da Boavista, 1788, 4100-116 Porto, neste ato, representada pelo Secretário-Geral do Partido, Rui Ribeiro, vem, comunicar a V. Ex^{as} o seguinte:-----

-----1. Sheilla Cristina Pereira Saldanha, membro da Assembleia Municipal de Porto de Mós, eleita em lista apresentada pela Iniciativa Liberal ao referido órgão autárquico, comunicou a sua desfiliação do partido, em 19 de fevereiro de 2026, produzindo a mesma efeitos a essa data.-----

-----2. Em consequência da referida desfiliação, e nos termos do disposto no artigo 48º, nº 4, do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, em conjugação com o artigo 46º-B, nº 1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da lei 169/99 de 18 de setembro, a mencionada eleita exerce, desde aquela data, o respetivo mandato na Assembleia Municipal, exclusivamente na qualidade de independente. -----

-----3. Com a desvinculação do Partido, cessaram integral e definitivamente a confiança política e a representação partidária, anteriormente existentes entre a Iniciativa Liberal e a referida deputada municipal.-----

-----4. Assim, quaisquer posições, declarações, propostas, intervenções ou votos por si assumidos – no exercício do mandato ou por causa dele – são da sua exclusiva responsabilidade individual, não vinculando, representando ou refletindo, sob qualquer forma, a posição política da Iniciativa Liberal.-----

-----5. A Iniciativa Liberal não autoriza, após a produção de efeitos da desfiliação, a utilização, exibição ou associação da sua designação, sigla ou símbolo a quaisquer atos, comunicações, documentos, intervenções ou responsabilidades exercidas pela referida eleita.-----

-----A Iniciativa Liberal, reafirma o seu respeito pelo regular funcionamento democrático dos órgãos autárquicos do Município de Porto de Mós e mantém a sua disponibilidade para continuar a intervir de forma responsável e construtiva na defesa dos interesses dos munícipes e na promoção dos princípios da boa governação local.-----

-----Com os melhores cumprimentos. Rui Ribeiro, Secretário-Geral da Iniciativa Liberal (assinatura).-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao anfitrião, **Luís Narciso Martins Fortunato, Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso**, eleito pelo PSD, que usando da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, regozijando-se pelo facto de esta sessão estar a acontecer na sua freguesia e desejando que se desenrole pacificamente.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, chamou depois a Diretora do Centro de Apoio Social Serras D'Aire e Candeeiros - CASSAC, Margarida Pires, que convidou, para apresentar as atividades desenvolvidas por esta IPSS.-----

-----A senhora Diretora do CASSAC, cumprimentando todos os presentes, agradeceu o convite para estar aqui a representar a IPSS, que dirige. Começou por dizer que o CASSAC é a única IPSS que presta apoio nas freguesias da zona serrana do concelho – Serro Ventoso, Arrimal e Mendiga e S. Bento. Este é um projeto que tem vários anos e que surgiu no âmbito da Rede Social do Concelho de Porto de Mós, face à inexistência de equipamentos sociais nesta zona geográfica, tendo como missão promover a melhoria da qualidade de vida da população, através da disponibilização de respostas sociais de qualidade. Pretendem ser uma instituição de referência, de cuidado centrado na pessoa e sendo um importante motor de desenvolvimento local e regional, trabalhando com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunidade, de forma ética, inovadora e com humanidade. Falou depois sobre um projeto antigo, que é a construção da sede do CASSAC, que já teve o seu início. Trata-se de um projeto que toda a serra merece e necessita. Este executivo camarário desde o início, também abraçou este projeto, tendo-o apoiado. Em termos de respostas sociais, o que se pretende, é a criação de uma estrutura residencial para pessoas idosas, com capacidade para 45 utentes, um centro de dia, com capacidade para 30, o apoio domiciliária será para 42 e ainda se prevê a criação de uma unidade de autonomia, para 10 utentes. Este novo projeto significa um investimento que ultrapassa os 3 milhões de euros, pelo que toda a ajuda é bem-vinda para se conseguir levar avante este projeto. Foi feito um empréstimo para iniciar a obra e apenas contam com a ajuda do Município e das Juntas de Freguesia, sendo que setembro de 2026, é o prazo que têm para abrir as novas respostas sociais. No dia 14 de março vai haver uma iniciativa de angariação de fundos para a nova sede sendo o objetivo arranjar dinheiro para equipar as salas de atividades da estrutura residencial e do centro de dia. Para tal está a ser organizado um seminário, também com o apoio do Município e das Juntas de Freguesia, e uma caminhada, "A Caminhada dos Afetos", convidando todos a estarem presentes. -----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Joaquim Santiago e Telmo Conceição inscreveram-se para o efeito.-----

-----**Joaquim Santiago (Juncal):**-----

-----Usando da palavra, cumprimentou a senhora Presidente da Assembleia e na sua pessoa, todos os presentes. Continuando, disse que na sessão anterior, o senhor Presidente da Câmara atingiu a sua pessoa pelo facto de não ter sido eleito. O 25 de Abril deu a Liberdade e as pessoas votam em quem entenderem. Para além disso, disse ainda que esteve como deputado vinte anos e que já lhe chegou. Continuando, disse ainda que, estas sessões só se focam em tudo o que é maravilhoso. Referiu depois a propósito de se ter falado aqui, duma IPSS, que ele próprio também pertence à direção de uma IPSS. Sempre se tinha posto a hipótese de adquirir um gerador, mas era uma coisa que ia sempre sendo adiada. Quando ocorreu o apagão, foi decidido comprar um gerador. A Câmara esqueceu-se disso, e também não comprou geradores e agora com a tempestade Kristin, o Juncal esteve três dias e meio sem água, pelo que a sua IPSS, teve de ir lavar roupa a Alcobaça e à Benedita. Referiu depois que a rotunda da Cruzinha foi arranjada, e bem, mas foram lá colocados dois muretes de pedra, que nada tem a ver com o Juncal, pois o Juncal é terra de barro e azulejos, e não de pedra. Terminado, falou sobre a questão dos buracos na rua da vila dizendo que teve que ser o Presidente da Junta de Freguesia a tomar a iniciativa de tapar os buracos, com os seus funcionários, depois de tanta admoestação por parte da população. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Telmo Conceição (Porto de Mós):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que vem aqui, dando continuidade a um belo slogan do concelho: Porto de Mós Somos Todos Nós, dizendo que acrescenta a este slogan o seguinte: Todos nós somos elementos da proteção civil. Face ao que aconteceu, na madrugada de 27 para 28, naquela trágica madrugada, disse que queria deixar a esta Assembleia um sentimento e uma proposta, se eventualmente a Assembleia entender aceitá-la. Prevenção, devido aos factos, é difícil. Avaliar o que aconteceu, se calhar tornou-se mais difícil. Já que se está a falar em solidariedade e nas IPSS's, disse que queria aqui referir um facto. Houve um lar de acolhimento no concelho, que ficou, como toda a gente, sem energia elétrica. Não tinha gerador nas suas instalações, e a primeira solicitação à segurança social, foi pedir apoio para conseguir ter energia elétrica nas instalações. A resposta da Segurança Social deste distrito, foi na semana seguinte introduzir uma equipa de inspeção para verificar se as ementas estavam de acordo com o estipulado legalmente. Isto aconteceu neste concelho e provavelmente noutros, não tendo sido tomadas medidas que permitissem de algumas forma colmatar estas situações. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, não sem antes cumprimentar todos os presentes e agradecer o acolhimento pela Junta de Freguesia de Serro Ventoso, na pessoa do seu Presidente de Junta. A Joaquim Santiago, respondeu que o que disse, não foi mais do que constatar uma realidade: 62% da população do concelho de Porto de Mós, que votou, votou neste executivo tendo igualmente constatado, que o senhor Santiago não foi eleito. Foi apenas o que disse e isto, é apenas a afirmação da democracia. Continuando, o senhor Presidente referiu que, no que toca à tragédia que ocorreu, em consequência da tempestade Kristin, a primeira preocupação deste executivo foi resolver o problema da água, tendo colocado nas primeiras doze horas, cinco geradores, que eram os que tinham disponíveis, conseguindo depois encontrar solução para colocar mais dez geradores, nos dois dias seguintes, e o concelho de Porto de Mós, foi o primeiro concelho da Região de Leiria, a estar totalmente servido de abastecimento de água. Não fora um problema no abastecimento de água a partir da EPAL, nem sequer, se teria ao final do terceiro dia, qualquer tipo de interrupção, que infelizmente aconteceu, sobretudo no Alqueidão da Serra e em Mira de Aire. Não nega que efetivamente houve alguns problemas, principalmente associados a avarias de geradores, nomeadamente de dois, que conflituaram com o sistema elétrico e que de alguma forma, também condicionaram o abastecimento de água. Sobre a questão da rotunda da Cruzinha, disse que a intervenção que foi feita, teve na base relevar a importância do setor frutícola para aquela região. Sobre a questão de tapar buracos, disse que se vive, como todos os municípios, com muita dificuldade de recursos humanos, nesta altura. Os trabalhadores do município, têm estado alocados a remover árvores e a desobstruir caminhos, a encontrar soluções para que não falhasse o abastecimento de água, equipas a abastecer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

geradores, e inúmeros trabalhadores a fazerem serviços diferentes daqueles que são o seu dia-a-dia. O alcatrão foi cedido à Junta de Freguesia, num princípio de parceria que sempre existiu, e estas foram resolvendo os problemas emergentes. Disse ainda que não se podia colocar alcatrão, com o tempo que tem feito. A partir de segunda-feira, com a aprovação da revisão orçamental, irão ser lançados um conjunto de concursos públicos, para fazer pavimentações durante a primavera, onde se inclui a Estrada 242-4, a ligação da estrada da Castanheira até à Cruz da Léguas e também está prevista a pavimentação até à Tremoceira. Esta estrada vai ter uma intervenção profunda, porque é uma das estradas que tem muito trânsito e que está em más condições. Sobre a intervenção do senhor Telmo Conceição, disse que uma das preocupações que o executivo teve, desde o primeiro momento, foi garantir que os Bombeiros Voluntários, as IPSS's e o Centro de Saúde, tivessem resposta ao nível de energia elétrica.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, usando da palavra disse gastaria de dizer o seguinte: *"a tempestade Kristin, que não nos deu tréguas no dia 28 de fevereiro, foi mais do que um episódio de mau tempo, foi um momento de desafio coletivo, que evidenciou tanto a vulnerabilidade humana perante a natureza, como a nossa capacidade de união e resiliência. Que todos possamos aprender com esta experiencia e estarmos melhor preparados para o futuro. Neste sentido, a Mesa da Assembleia Municipal, propõe um voto de louvor a todos os profissionais, voluntários e entidades que estiveram envolvidos na resposta à tempestade Kristin."*-----

-----Passou a ler a proposta de voto de Louvor, que a seguir se transcreve:-----

-----**"Voto de Louvor:**-----

-----A tempestade que ficou designada de depressão Kristin, no dia 28 de janeiro, devastou a nossa região e o nosso concelho com gravosos danos materiais nas famílias, empresas e instituições, mas pior ainda, com a irreparável perda de vidas humanas. -----

-----Foram dias exigentes, de incerteza e de dificuldades que colocaram à prova a nossa capacidade de resposta coletiva.-----

-----A capacidade e resposta imediata, o espírito de missão, a dedicação e o elevado sentido de responsabilidade demonstrados pelos trabalhadores da Câmara Municipal, das Forças de Segurança, dos Sapadores Florestais, Bombeiros Voluntários do Concelho, Proteção Civil, Empresas, Profissionais de Saúde e Voluntários, foram essenciais para minimizar danos, garantir a segurança de pessoas e bens e restabelecer com a maior brevidade possível as condições de normalidade no concelho.-----

-----A Assembleia Municipal de Porto de Mós, reconhece e agradece publicamente o empenho exemplar de todos os envolvidos, enaltecendo o seu profissionalismo e compromisso com a comunidade.-----

-----Reconhece e enaltece o papel do Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara, do Vice-Presidente, dos senhores Vereadores, pela presença constante no terreno, pela disponibilidade e apoio prestado, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que, no seu compromisso de proximidade, deram uma resposta de responsabilidade e de solidariedade.-----

-----Reconhece o trabalho incansável de todos os trabalhadores municipais que estiveram sempre presentes, no trabalho e apoio a todas as pessoas afetadas por esta tempestade, das equipas técnicas e operacionais que têm estado no terreno a repor as principais infraestruturas. (água, luz, telefone).-----

-----Reconhece o trabalho da Proteção Civil pela coordenação eficaz, planeamento rigoroso e capacidade de articulação entre entidades.-----

-----Reconhece o trabalho dos nossos bombeiros, a sua prontidão, competência técnica e humana, das forças de segurança, cujo contributo operacional foi decisivo em momentos críticos.--

-----Reconhece o apoio das direções e colaboradores das várias IPSS's e Associações Desportivas e Culturais do associativismo do concelho, que colocaram os seus recursos aos serviço das populações.-----

-----Reconhece o trabalho das equipas de trabalho da Segurança Social.-----

-----Reconhece ainda a solidariedade de todas as autarquias e das empresas que disponibilizaram materiais de construção, bens alimentares, equipamentos e maquinaria.-----

-----Uma palavra de gratidão aos portomosenses, a compreensão face aos constrangimentos inevitáveis, a paciência e resiliência perante os trabalhos de reposição da normalidade e a confiança nas autoridades e nos serviços municipais, foram determinantes para ultrapassarmos esta fase com responsabilidade e coesão.-----

-----Em nome da Assembleia Municipal, expressamos a nossa mais sentida solidariedade às famílias enlutadas, a quem endereçamos as nossas mais profundas e sentidas condolências, bem como todos aqueles que foram atingidos no seu património, nas suas casas, nos seus bens ou nos seus meios de subsistência.-----

-----Juntos saberemos ultrapassar este momento, honrando a memória das vítimas e continuando a apoiar quem mais precisa.-----

-----Assim a Mesa da Assembleia Municipal de Porto de Mós, propõe que:-----

-----Seja aprovado o presente Voto de Louvor;-----

-----Que o presente Voto de Louvor seja registado em ata e dado conhecimento público, como forma de reconhecimento institucional e apreço pelo trabalho desenvolvido em prol da população do concelho de Porto de Mós. (Clarisse Louro, Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós).-----

-----Posto a votação, o presente voto de louvor, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, passou a ler o seguinte Voto de Pesar:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**"Voto de Pesar:**-----

-----A Assembleia Municipal de Porto de Mós, manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas mortais ocorridas no nosso Concelho, na sequência da tempestade que assolou o território, no passado dia 28 de janeiro.-----

-----Este fenómeno meteorológico, provocou danos significativos e trouxe consequências trágicas que deixaram a nossa comunidade consternada e em luto. A perda de vidas humanas, constitui um momento de dor coletiva que marca profundamente o nosso concelho.-----

-----Neste momento de dor e consternação, a Assembleia Municipal, expressa as mais sentidas condolências às famílias enlutadas, expressando solidariedade e respeito pelas suas memórias.-----

-----Assim, a Mesa da Assembleia Municipal de Porto de Mós, propõe que:-----

-----Seja aprovado o presente Voto de Pesar. (Clarisse Louro, Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós).-----

-----Posto a votação, o presente voto de pesar, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----Antes de passar aos pontos seguintes desta Ordem de Trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia, pediu ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma linha do tempo, sobre, como decorreu e as consequências desta tempestade no concelho de Porto de Mós, na visão do executivo municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que, importa dar a conhecer, ficando registado, o que efetivamente se passou. Relembrou que no dia 27 havia uma previsão do IPMA, da entrada de uma tempestade anormalmente forte, com ventos ciclónicos na Região Centro, mais a norte. Mais tarde, cerca das 22,30 horas, o Comandante Operacional de Operações e Socorro, Dr. Carlos Guerra, alertou-o, para a eventualidade desta tempestade, entrar mais a sul, nomeadamente, a sul do distrito de Leiria, entrando por Peniche e deslocando-se para norte. Efetivamente veio a verificar-se que a tempestade entrou entre, a norte de Alcobaça e a sul de Pombal, tendo-se registado rajadas de vento acima de 210 Km/hora em Monte Real, coisa de que não há memória nem registo em Portugal. Na região de Leiria, foram derrubados 60 postes de muita alta tensão, 52 postes de alta tensão e 600 postes de média tensão. Foram ainda destruídos 5 mil Km de linhas elétricas e mais de 100 mil postes de baixa tensão foram destruídos ou danificados. No dia 28 de manhã, havia cerca de um milhão de pessoas sem eletricidade e sem comunicações. Atualmente, a totalidade da Região de Leiria ainda não está reposta. Ao dia de ontem, o concelho de Leiria ainda estava a ser energizado com 68 geradores, a Marinha Grande com 22 geradores, Pombal com 13 geradores, e mesmo Porto de Mós, ontem, com 8 geradores. Hoje, a esta hora, Porto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Mós, só tem um gerador, tendo sido ligadas as redes de média tensão que garantem a energia, já retomada. Para se ter a noção do impacto, disse que já foram acionadas 4 290 pedidos de apoio e respostas sociais das medidas excecionais de apoio às famílias, foram feitos 222 pedidos de lay off, 6 437 pedidos de isenção contributiva, foram acionadas 128 mil apólices de seguros. No concelho de Leiria, cerca de 62% das habitações foram afetadas. Cerca de 35 mil candidaturas de apoio à habitação já foram registadas e destas, a média de pedidos, é de cerca de seis mil euros. Em Porto de Mós, foram registadas 281 candidaturas, do valor de um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e nove euros. Destas, 41 candidaturas já foram despachadas, no valor de cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e um euros, mas que correspondiam, inicialmente a cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros, ou seja, cerca de 20 candidaturas, não tiveram qualquer apoio, não tendo sido consideradas. Uma parte significativa das candidaturas não tiveram apoio igual ao valor que foi solicitado. Em vários casos, estão também a ser solicitados mais elementos, nomeadamente nas candidaturas acima de cinco mil euros. Na manhã de dia 28, foram iniciados os trabalhos de desobstrução das vias, tendo contado, desde a primeira hora, com as Juntas de Freguesia, com os sapadores florestais, a GNR, bombeiros e proteção civil e muitos trabalhadores do município, que ficaram a trabalhar, com prejuízo da recuperação das suas casas. No segundo dia, já se conseguiu fazer um diagnóstico dos desalojados, que era também uma preocupação. Garantiu-se o fornecimento de água ao concelho, com recurso a 15 geradores. Ao terceiro dia conseguiu-se, ter comunicações, tendo uma das operadores colocado uma antena móvel no concelho. Referiu ainda o furto do gasóleo que estava a abastecer o gerador colocado em Casais de Matos para abastecer os depósitos de água, bem como os cabos de ligação de um dos geradores, que ascendeu a oito mil euros. Foi criado um centro logístico em Porto de Mós. Tem dito, e assumido, que Porto de Mós, foi o concelho da região menos afetado. Apesar de ter sido muito afetado, em conjunto com Castanheira de Pera, fomos dos municípios menos afetados. Conseguiu-se uma coisa importante, no primeiro dia, depois da interrupção letiva, abriram-se todas as escolas. Com muito esforço, principalmente dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, com a compreensão da comunidade escolar, porque algumas das escolas não tinham energia elétrica. Uma das maiores tragédias no concelho foi a Estrada Nacional 243, que está interrompida e que vai continuar interrompida, esperando que seja por pouco tempo. As Infraestruturas de Portugal, disseram, hoje, que já têm o projeto concluído, mas vai demorar algum tempo, a repor aquela estrada. Hoje vai ser aqui discutida e aprovada uma revisão orçamental diferente daquela que havia sido planeada, sendo uma parte das rubricas e valores, vão ser encaminhadas para recuperar de imediato algumas das infraestruturas do Município que estão danificadas, muitas delas cobertas por seguro, mas não se pode esperar pela resposta das seguradoras para iniciar os procedimentos com vista à sua recuperação, e outras para apoios sociais. Referindo-se aos números, disse que são cerca de seis mil milhões de euros de destruição, apontando-se no concelho, no mapa que foi enviado para a CCDR, um valor de cerca de quinze

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milhões de euros. Só Leiria, de acordo com as seguradoras, tem um levantamento de mais de 60% do seu parque habitacional, danificado. Continuando, disse que falta um fundo de apoio à tesouraria dos Municípios, imediato, um adiantamento. Nós aqui, felizmente temos saldo de gerência para poder incrementar no orçamento, e isso vai ser feito, na medida do possível. Mas há municípios que não têm capacidade. Falta também um instrumento para olhar para as segundas habitações, bem como para o pequeno comércio. Disse depois que, é fundamental que haja urgência na resposta aos municípios referindo que o pavilhão de Porto de Mós, de Juncal, as Piscinas Municipais e o Cineteatro têm muitos danos. Para recuperar isto tudo, são precisos muitos milhares de euros e que precisam de respostas, das seguradoras e do próprio Governo, abrindo os avisos que estão prometidos, rapidamente para que se possa avançar com as candidaturas. A outra dificuldade é a EN 243, dizendo que já não sabe o que fazer mais, sobre a urgência da reposição daquela estrada fundamental, esperando que seja o mais breve possível.-----

-----1. **Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação a **ata nº 5 de 2025**, realizada em trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco, perguntando se alguém queria fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Não havendo qualquer reparo, a senhora Presidente, pôs a votação a **Ata nº 5 de 2025**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

-----2. **Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Luis Narciso Martins Fortunato – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD:** -----

-----Usando da palavra, disse que queria agradecer ao senhor Presidente da Câmara e a todo o executivo, pelo apoio que deram às populações do concelho, por ocasião da tempestade Kristin, estando sempre no terreno. Agradeceu também a todas as entidades que estiveram permanentemente no terreno a tentar minimizar esta catástrofe, desde bombeiros, GNR, sapadores, e todos os colaboradores da Câmara Municipal.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro – Presidente da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga – MIAM:**-----

-----Depois de cumprimentar todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, dirigiu um cumprimento especial ao anfitrião, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, que hoje recebe aqui a Assembleia Municipal. Deu ainda os parabéns à senhora Presidente por ter escolhido a Casa do Mineiro, que homenageia todos os mineiros que trabalham nas minas e nas pedreiras. Um bom exemplo, de como as freguesias conseguem gerir fundos comunitários, deixando o repto ao senhor Presidente da Câmara, para que junto do Governo, diga que deve haver mais verbas de Fundos Comunitários para as Juntas de Freguesia. Disse depois, dirigindo-se ao senhor Presidente, que este lhe prometeu aqui, em frente à Casa do Mineiro, há oito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meses, que iria pavimentar esta estrada até ao final do ano, e ela ainda não está pavimentada. Disse depois que queria voltar a 2024. Em abril de 2024, deu os parabéns ao senhor Presidente por ir por carregadores elétricos em todas as freguesias. Dois anos volvidos, pergunta como é que está essa situação. Relativamente à tempestade Kristin, disse que ninguém está preparado para isto, tendo que dar os parabéns ao senhor Presidente e ao Executivo. O Juncal pode ter ficado sem água ou sem luz, dois ou três dias, mas nem todo o concelho foi assim, achando que, tendo em conta a gravidade da ocorrência, ainda assim, correu minimamente bem, dando os parabéns ao senhor Presidente. Em relação aos geradores que prometeu às freguesias, disse que também já o Governo prometeu geradores, perguntando de quem são efetivamente. Referiu depois que leu no jornal que Alcobaça está a atribuir às Juntas de Freguesia um apoio de vinte mil euros, igual para todas, achando ser este um bom exemplo, além do gerador prometido. -----

-----**Sandra Maria da Silva Martins – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria – PSD:**-----

-----Iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara disse que a sua intervenção tem a ver com a EN 243, pois todos os que vivem naquela zona, foram obrigados a mudar a sua rotina diária, estando agora muito longe de tudo. Agradeceu ao executivo ter considerado a estrada que liga Alcaria ao Covão da Oles, sendo mais uma alternativa disponível e futuramente será sempre uma mais-valia, não obstante esperar que se continue a fazer pressão no sentido da rápida reparação da EN 243. -----

-----**Patricia Pereira Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS:**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, passou a dizer que, ainda que a sua freguesia não tenha sido muito afetada pela tempestade Kristin, isto veio mostrar que ninguém estava preparado para uma catástrofe desta dimensão, nem Governo, autarquias, instituições nem as pessoas em geral. Em segundo lugar veio também mostrar o melhor e o pior das pessoas. Em terceiro, o poder autárquico, desde as Freguesias até à Câmara e ao seu Presidente, funcionam como sacos de pancada de tudo o que acontece, porque são os que estão mais próximos das pessoas que estão a passar por dificuldades. Felizmente, a Kristin, veio às três e meia da manhã. Se viesse às três e meia da tarde, disse nem querer equacionar o que se estaria a viver hoje. Continuando, referiu que o que quer dizer com isto é que, já tivemos um Leslie, o Covid, um apagão e um Kristin, espera e acredita que todos aprenderam alguma coisa e que da próxima todos estejam melhor preparados. Disse achar que se deveria preparar um plano, um *modus operandi*, para se saber o que se deve fazer, onde se devem as pessoas dirigir. Tanto as Autarquias, como o Governo, deviam exigir, quer aos meios de comunicação social, como às operadoras de telecomunicações, quer às empresas fornecedoras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de energia, uma garantia diferente, nestas situações. Felizmente o fornecimento da água é da competência do Município, e acha que correu muito bem porque se conseguiram colmatar em tempo útil, as deficiências que ocorreram. Terminando, agradeceu, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, a todo o executivo e a todos os trabalhadores da Câmara, porque foram incansáveis, aos sapadores e proteção civil, todos inexcedíveis, na resolução dos problemas que iam ocorrendo.-----

-----**Neuza Catarina Martins Morgado (PSD):**-----

-----Cumprimentando a senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa todos os presentes, disse que a sua intervenção vem no âmbito do CASSAC, do qual também é Vice-Presidente, passando a falar um pouco sobre a obra que está em curso e sobre a situação que estão a viver neste momento. Continuou dizendo que a obra está a correr muito bem, estando a sua execução acima dos 60% e só não estará aberta a instituição no prazo indicado, se não houver verbas para a concluir. Recordou que o CASSAC se candidatou em 2022 ao PRR, tendo visto a sua candidatura aprovada, mas pouco tempo depois foram informados do não enquadramento na dotação orçamental. Fazendo fé de que haveriam verbas para reafecção *à posteriori*, e que haveria uma forte possibilidade de serem apoiados, avançaram com a obra, com o financiamento da Caixa de Crédito Agrícola de Porto de Mós, no montante de um milhão e meio, de euros, com a garantia do Estado, prestada pela GARVAL. De facto em julho do ano passado, receberam um ofício a notificar da intenção de reafecção, ao qual responderam, mas até hoje, nada mais sabem. As verbas disponíveis, provenientes do empréstimo, estão a chegar ao fim, e já foi iniciado um processo para o pedido da segunda hipoteca do imóvel. Se a situação do financiamento do empréstimo, não for rapidamente resolvida, a obra terá de ser suspensa. Não é esta a situação que a Direção esperava ter, nesta altura, não percebendo porque é que não são apoiados pelo PRR.----

-----**Sheilla Cristina Pereira Saldanha (Deputada não inscrita):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Câmara, passou a dizer que usa da palavra para comunicar que deixou de exercer funções como deputada municipal, pela Iniciativa Liberal, passando a exercer o seu mandato como deputadas municipal, não inscrita/independente. Esta foi uma decisão refletida, ponderada e tomada com serenidade. Entendeu que este é o caminho que melhor lhe permitirá continuar a desempenhar o seu mandato, com autenticidade, responsabilidade, transparência e total dedicação ao seu concelho. Disse que queria deixar, antes de mais, uma palavra sincera de agradecimento à Iniciativa Liberal, por todo o percurso feito, até aqui. Muito obrigada pela oportunidade, pela aprendizagem e pelo crescimento que esta experiência lhe proporcionou. Leva consigo este ensinamento e respeito profundo por todos com quem partilhou este caminho. Agradeceu a todos os que confiaram em si, através do seu voto. Essa confiança, tem para si um enorme significado, e continuará a ser honrada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diariamente, com trabalho, proximidade e compromisso. Continuará aqui, com o mesmo sentido de dever, disponibilidade para colaborar com todos, sempre colocando os interesses de Porto de Mós, e dos seus munícipes, acima de qualquer outra consideração. Foi atravessado, recentemente, um período particularmente difícil, com fenómenos de intensidade pouco habitual no nosso País, que afetaram de forma significativa, o concelho. Foram dias marcados por danos consideráveis, preocupação, incerteza, e para muitos munícipes, momentos de verdadeiro receio. Exigiu uma resposta rápida, coordenada e eficaz. "E tudo o vento levou", mas Porto de Mós, perante esta adversidade, permaneceu e mostrou o melhor de si – união, solidariedade, capacidade de trabalho e um forte espírito comunitário. A pronta intervenção, a dedicação incansável e o elevado sentido de missão demonstrados, foram determinantes para repor a normalidade possível e apoiar quem mais precisou e continua a precisar. É neste momento que se revela a verdadeira força de uma comunidade, e a nossa esteve sem dúvida, à altura do desafio. Disse, que queria deixar um reconhecimento muito especial a todos os trabalhadores do Município, às instituições, às forças de proteção civil, aos voluntários e a todos os munícipes que após a depressão Kristin, demonstraram um notável espírito de entajuda, resiliência e superação. Dirigiu igualmente uma palavra de apreço ao senhor Presidente da Câmara e a toda a sua equipa, pela pronta resposta e coordenação após a tempestade. Momentos exigentes, revelam liderança responsável e equipas comprometidas e isso ficou claramente demonstrado. Felicitou ainda o Município, em especial o senhor Vice Presidente da Câmara, o Vereador Amaral, Vereador do Desporto, pela distinção como destino desportivo recomendado este ano. Trata-se de um reconhecimento que muito nos orgulha e que muito valoriza o trabalho desenvolvido, na promoção do território. Muitos parabéns. Reafirmou a sua total disponibilidade para trabalhar com todos, com espírito construtivo, respeito institucional e dedicação a Porto de Mós.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que após um mês da tragédia que assolou esta região, continuamos a analisar esta situação. Foi um momento particularmente difícil e exigente para todos, não tendo ficado ninguém indiferente ao que se viveu e ao cenário de devastação que se verificou, ainda que, felizmente, o concelho de Porto de Mós, não tenha sido dos mais afetados. Verificaram-se danos significativos, de infraestruturas e de equipamentos, tendo sido criadas situações de grande vulnerabilidade, que todos sentiram de perto. Enalteceu depois, a resposta da comunidade, a capacidade de resposta das pessoas. A comunidade mais uma vez esteve presente, num espírito de entajuda e solidariedade. Deu um especial agradecimento e reconhecimento ao Município, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, mas também de toda a sua equipa, que mais uma vez, contrariamente ao que já foi aqui dito, que deu uma resposta rápida, eficaz e que desde o primeiro momento, foram para o terreno para dar resposta às situações, tornando-os mais preparados para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações futuras.-----

-----**Abna Rivca Simão Pato (CH):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que gostaria de agradecer, em nome da bancada do Chega, a todos os que se envolveram em criar soluções, relativamente ao caos que a tempestade Kristin provocou. Agradeceu a todos os Presidentes de Junta e a todos os demais funcionários envolvidos, forças de proteção civil, bombeiros, sapadores florestais, aos militares do exército, que estão a fazer uma estrada alternativa no acesso a Mira de Aire, e ao executivo camarário, que se prontificou para tentar minimizar a dor dos seus munícipes. Nesse âmbito, e independentemente da cor, na hora da dor, conta acima de tudo, a ação do coração. Agradeceu, com especial ao senhor Vereador Eduardo Amaral, que esteve sempre presente, apesar das pancadas, e em nome de todos os mirenses, ao senhor Vereador Fernando Quaresma, que teve uma atitude muito solidária, a expensas próprias, disponibilizando arcas, e um local onde as pessoas podiam receber o calor humano de que necessitavam. Deixou também um abraço solidário a todos os Presidentes de Junta, que continuam a sua missão ao nível das reparações e limpezas das vias públicas. Gostaria nesse âmbito, como o senhor Presidente de Junta Carlos Cordeiro, também o referiu, de deixar o repto da atribuição de uma verba igual, a todas as freguesias, conforme o está a fazer o município de Alcobaça, e que fosse usado como reforço para a reparação das estradas, dizendo que gostaria de saber o que é o senhor Presidente da Câmara pensa fazer sobre este assunto, e tendo em conta que, inicialmente referiu que ganhou com maioria absoluta, disse que pessoalmente, e enquanto munícipe, gostaria de o ter visto mais, porque ele foi eleito em Porto de Mós, não foi eleito em Leiria. Continuando, disse que gostaria de ter visto o Presidente que ganhou com maioria absoluta a dizer "eu estou noutro sítio, mas tenho aqui a equipa a trabalhar diariamente para vós". Disse depois que recebeu um e-mail há cerca de uma hora, e que iria falar em nome da Associação de Pais, e que abriria aspas: "Boa tarde, Vimos por este meio mostrar o nosso desagrado por determinadas situações que consideramos que possam estar a comprometer o normal funcionamento da escola – a segurança e acompanhamento dos nossos filhos, e de todas as crianças. Na escola, são elas: número de auxiliares insuficiente no apoio à hora de almoço, número de auxiliares insuficiente na hora do recreio, formação física de algumas auxiliares (POC's), faltam baloiços, escorregas, espaços que as crianças possam brincar e irem mais calmos para dentro da sala." Isto é algo que já foi explanado no início do ano letivo pedindo à senhora Vereadora Telma Cruz que a corrija se estiver equivocada, pois tem toda a humildade em ouvir o contrário, bem como todos os pais que lhe pediram para expor esta situação. Continuando a ler, "nos dias de inverno que é impossível estarem na rua, as crianças são obrigadas a ficar num espaço bastante reduzido, durante os intervalos, o que gera bastante ruído, dentro da escola. Frustração por não terem espaço para brincar. Vão muito mais irritados para a sala de aula, o que prejudica o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rendimento escolar. Os serviços de ATL, têm falta de condições no Centro da ADP. Os alunos que usufruem deste serviço, não têm um parque para poderem brincar. No verão, não têm espaço com sombra, para poderem brincar na rua. Vêm a pé à hora de almoço, na hora de maior calor. O ATL, dos alunos da pré, no verão, não tem atividades didáticas, não há materiais para poderem fazer atividades plásticas, inclusive são as auxiliares que fazem desenhos para os próprios alunos pintarem", retirando as aspas, perguntou, se não existe possibilidade de se comprar uma impressora. "A proibição de piscinas, acabou por ter menos uma atividade que muitos alunos apreciam e era um momento divertido e refrescante. Estão expostos a ecrãs durante muito tempo, por causa de vários filmes que veem ao longo do dia, e isso não é saudável e todos nós sabemos. A falta de auxiliares, no serviço de ATL, também prejudica bastante, pois tem apenas três auxiliares para tantos alunos, e por causa disso, não saem com as crianças, por exemplo, até ao parque verde que é muito próximo da escola."-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que já calculava que esta sessão viesse a ser marcada pela tempestade Kristin, mas ainda assim, disse que iria aqui colocar mais algumas questões. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que foi anunciado, eventualmente nalguma entrevista que tenha dado, que havia três muros que teriam o custo de 3,3 milhões de euros para a sua reposição. Tendo em conta o valor tão avultado para tão poucos muros, perguntou se pode esclarecer que de é que se está a falar. Falando depois sobre a obra da Escola Secundária de Porto de Mós, perguntou se se pode ficar descansado sobre se a obra vai ser concluída na data prevista ficando o financiamento garantido, ou se pode ainda haver algum alargamento de prazos. Sobre a situação da estrada 243, disse que o que aconteceu, em sua opinião não foi apenas consequência da tempestade, mas fruto das condições adversas que houve durante todo o inverno, e considera que fazer da estrada de Covão de Oles para os Casais dos Vales uma alternativa, é estar a aumentar o perigo, é não estar a antecipar as consequências do que se está a fazer. O trânsito do Covão de Oles para os Casais dos Vales, e daí para Porto de Mós, é difícil, principalmente para quem não conhece, e com o nevoeiro que costuma fazer naquelas zonas, devendo a sinalização ser feita de forma diferente e pelas Infraestruturas de Portugal. Ainda sobre as condições adversas, sobre as quais temos todos a tendência para nos esquecer, falou ainda sobre as cheias com que a zona de Pedreiras foram contempladas este ano. Atendendo a que se está numa fase de revisão do PDM, alertou o senhor Presidente da Câmara para esta situação. Em relação à tempestade Kristin, disse que queria começar por reconhecer, que todas as falhas que se possam apontar, se não fossem os autarcas no terreno, seria muito pior, agradecendo a todos o esforço despendido. Não comungando da visão da deputada Cristiana, disse que o grande problema, não foi o que veio a seguir, foi a falta de antecipação, devendo agora, ser feito um trabalho sério, na análise daquilo que correu mal, e o que correu mal em sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

opinião foi a falta de antecipação de tudo, pois as pessoas não sabiam como reagir, ou aonde ir, lançando a pergunta que a Patricia Santos fez, se em vez de ser às 3 da manhã, fosse às 3 da tarde, o que é que poderia ter acontecido. Terminando, disse depois para o senhor Presidente da Câmara, que é bom que os estragos sejam reparados depressa, mas que não se façam à pressa.----

-----**Miguel Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que já foram aqui vertidas diversas opiniões sobre o que aconteceu faz hoje um mês, tendo havido opiniões de que o executivo trabalhou bem, outras de que não se viu o senhor Presidente. Houve opiniões que disseram que havia geradores a menos e outras que dizem não saber que fazer com tantos geradores. De qualquer forma, disse que, caso alguém não estivesse informado, o senhor Presidente da Câmara também é Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, e que nos dias que vierem, por um espírito regional de solidariedade, temos que continuar a preocupar-nos com Leiria, com Pombal, com Ansião, com os concelhos que não vão ter tudo reparado daqui a dois ou três meses, ou daqui a um ano. São muitos milhares de milhões de euros de prejuízos e muitos deles não são infraestruturas públicas. Mesmo que o Estado consiga arranjar todas as estradas partidas e todos os edifícios danificados, vai continuar a haver empresas e privados com muitos milhões de prejuízos. Tem que se ponderar se algumas delas têm capacidade de se reabilitar e de voltar a ter a capacidade produtiva que tinham, anteriormente. Esse é um problema para o distrito de Leiria e para as pessoas que aqui vivem e que aqui trabalham, mas também um problema para o país que em muito depende do PIB, aqui criado. Disse depois querer deixar aqui duas reflexões: as alterações climáticas existem, são factuais, e podemos vê-las em diversas partes do mundo, e desta vez, pudemos apreciá-las em território nacional. Em segundo lugar: o 25 de Abril foi importante e talvez uma das maiores conquistas foi o poder local e os autarcas que estiveram próximos de todas as populações, em todos os Concelhos e todas as Juntas de Freguesia da região afetada, dando os parabéns ao Executivo, e em seu nome, dar os parabéns a todos os Presidentes de Junta e a todos os trabalhadores das Câmaras, das Juntas de Freguesia e às populações, que trabalharam muito e bem, sem se esquecer que o elemento base da Proteção Civil, na Constituição da República Portuguesa é o cidadão. Todos somos elementos da proteção civil, e a proteção civil começa em todos nós, e isso, na sua terra, em Alvados, foi visto, sendo esse espírito de comunidade louvável. A estrada 243, está fechada e para Alvados, Alcaria e Mira de Aire é um problema logístico, mas também um problema económico. O senhor Presidente já disse que não sabe quando é que a estrada poderá estar reparada, nem as Infraestruturas de Portugal o sabem, mas o senhor Presidente irá continuar a fazer pressão. Trata-se de um trabalho de grupo, entre todos os deputados de todos os partidos. É um trabalho que os deputados devem fazer diretamente com os partidos pelos quais foram eleitos. É um trabalho para todos, para que se possa estar preparado, para uma próxima Kristin.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos, dirigiu uma palavra ao CASSAC, que apresentou aqui hoje o seu projeto. Esta iniciativa tem 22 anos, e nasceu com as 4 Juntas de Freguesia, à altura, e que tem executado ao longo deste período um excelente trabalho, sempre focado nas pessoas. A construção da nova sede é um dos seus maiores desígnios, dizendo que irá correr tudo bem, e atual situação será ultrapassada. Sobre a tempestade Kristin, disse que já tudo foi dito, tendo o senhor Presidente da Câmara feito a fita do tempo, onde referiu que o concelho de Porto de Mós não foi dos mais afetados, mas esta é uma tragédia para a qual ninguém está preparado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo ao senhor Presidente da Junta de Serro Ventoso, sobre a iluminação pública, que grande parte do concelho ainda está nessa situação. A equipa de voluntários que a Junta de Freguesia de Serro Ventoso, vai criar, é uma equipa importante e que vai ter o apoio do Município, como aliás já foi feito nas Pedreiras. Os pedidos que foram feitos, estão no Orçamento, tendo-se atrasado um mês o início dos procedimentos concursais, porque a sua prioridade tem sido canalizada para outras áreas, mas quer a água das Figueirinhas, o parque de estacionamento da escola e a estrada dos Moinhos, estão em Orçamento. Sobre a questão da pavimentação da Rua Nova, não houve condições no período antes das eleições, devido ao aumento de preços, e quem fazia outros preços, não estava disponível, e por isso, não foi pavimentada essa, como não foram pavimentadas muitas outras. Sobre a questão do concurso dos carregadores elétricos, o procedimento foi iniciado, tendo sido aprovado em reunião de Câmara, o problema, é que logo a seguir a legislação foi alterada, tendo de ter sido feito um novo procedimento. Sobre a questão dos geradores, disse que foi decidido, tendo já o procedimento em curso, para adquirir 10 geradores, com o objetivo claro, de dar cumprimento à alteração que irá ser feita do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, que é, em cada uma das freguesias, criar um ponto de encontro. Este ponto de encontro, há de ter comunicações e há de ter eletricidade, e portanto, as comunidades locais, sabem onde é que se podem dirigir, e num segundo momento, eventualmente, se o período for mais longo, poderão ter uma resposta em termos de refeições quentes e tratamento de roupa. Este é o seu propósito, e o Município irá dar resposta a esta questão. A quem levantou a questão da atribuição de verbas, disse que não é hábito desta casa pegar no dinheiro e dar às instituições. O que é hábito, é a existência de ações colaborativas e partilhas com as Juntas de Freguesia, que sabem bem que não são vinte mil euros que dão resposta a muitas das questões a que a Câmara está a responder. Exemplificando, disse que uma das coisas que irá acontecer nos próximos tempos, nas dez juntas de Freguesia, é trazer para o concelho os militares do exército, nomeadamente do ramo de engenharia, para tratarem de caminhos rurais. Esses caminhos rurais são da exclusiva responsabilidade das Juntas de Freguesia, que recebem o apoio do Estado para esse efeito, através

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do FEF, e recebem também, através do contrato administrativo, com a Câmara Municipal. Os militares virão, as Juntas de Freguesia entrarão com uma parte e a Câmara irá apoiar em toda a logística. Esta logística é significativa e é um contributo muito importante para as Juntas de Freguesia e seria mais fácil para a Câmara trocá-la por dinheiro, mas prefere trabalhar em parceria e dar respostas efetivas à comunidade. Lembrou que, só na freguesia do Juncal, que tem problemas graves nos caminhos agrícolas, e a Junta de Freguesia, sozinha, não tem condições para dar resposta. O mesmo acontece em toda a zona do Parque Natural. O combustível que ficou no chão, depois da tempestade tem de ser removido, tem de ser criados novos acessos para os bombeiros e esta é a resposta que o Município quer dar. Sobre a questão da estrada de Alcaria/Covão de Oles, disse que esta estrada não é uma alternativa, mas sim, a possibilidade de os habitantes locais se poderem deslocar mais facilmente a Porto de Mós, mas apenas para ligeiros. O que se está a fazer, é a reparar a estrada dos Bouceiros, que é outra alternativa. O que foi definido pelas Estradas de Portugal foi que a alternativa à Estrada Nacional 243, é por Serro Ventoso, S. Bento, Serra de Santo António, quem vai para Minde, para a autoestrada, e quem vai para Mira de Aire, por Alto de Alvados. As alternativas locais, foram aquelas que num primeiro momento se entenderam como boas. Foi solicitado um reforço da GNR na estrada de Covão de Oles, indo a mesma ser intervencionada e pintada. Sobre a questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que de facto existe um Plano de Emergência Municipal. Aprendeu-se muito com a questão da falta de comunicações. Este Plano não está preparado para não haver comunicações e eletricidade ao mesmo tempo, mas será objeto de revisão, necessariamente. Continuando, disse que ao longo do tempo, tem vindo a dizer, em defesa da manutenção da exploração da água, em alta e em baixa, pelo Município de Porto de Mós, que tudo o que é um bem de serviço público, tem de ser gerido pelo Estado ou pelas Câmaras. Infelizmente as comunicações e a energia elétrica, foram privatizadas. Ao nível das comunicações existia a Portugal Telecom, que era uma das melhores empresas de telecomunicações da Europa, e a EDP, que depois de investimentos brutais, muitos financiados pela Europa, ela foi privatizada, gerando milhares de milhões de lucro. Por isso, disse, não é possível que as autarquias locais subsidiem a e-redes, ou a EDP. A Comunidade Intermunicipal, no passado dia 27, aprovou a entrega de equipamentos *starlink* a todos os municípios, o que vai fazer a diferença. Vai ser instalado um gerador fixo no edifício dos Paços do Concelho ficando a central com comunicações. Os senhores Presidentes de Junta, vão ter um rádio *starlink* móvel, passando a haver a possibilidade de estar ligados em qualquer eventualidade. Sobre o CASSAC, disse que Neuza Morgado colocou aqui uma questão muito pertinente. De facto, tem sido uma preocupação muito grande esta questão do PRR, pois tem havido avanços e recuos, esperando que o financiamento aconteça, até porque o CASSAC, se as obras não forem interrompidas, cumprirá com os prazos definidos pelo PRR. Cumpridos os prazos definidos pelo PRR, há duas opções, ou o PRR financia o CASSAC, ou o dinheiro é devolvido, porque é das poucas IPSS's, que vai cumprir com os prazos do financiamento do PRR.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O CASSAC sabe que, no momento em que tiver que parar a obra, e se precisar de trezentos mil euros, a Câmara está disponível para os entregar e que não seja essa a questão, pois é uma pena a obra a 60%, agora ser interrompida. Sobre a deputada Sheilla Saldanha, disse que tem que valorizar a coragem que teve. Sobre a questão de Cristiana do Rosário, disse que queria dar uma nota, dizendo que se tentou gerir esta tormenta, com tranquilidade. De todo este processo, disse que todos saíram mais fortes, mais organizados e mais capazes para enfrentar novamente um problema destes. Quanto ao que foi questionado pela senhora deputada Abna Pato, disse que foi feito um apelo solidário ao concelho de Porto de Mós, para garantir a distribuição aos restantes nove concelhos, de materiais de construção. Disse ainda que foram recebidas toneladas de alimentos, que foram registados internamente, e que estão a ser distribuídos através das Conferencias e da Caritas, porque estas entidades, juntamente com os Presidentes de Junta, são os que melhor sabem, quem precisa. Disse também que esteve todos os dias em Porto de Mós com a sua equipa, e sempre que foi preciso esteve em Porto de Mós. Esteve pontual e esporadicamente em Leiria, quando teve disponibilidade para isso. E é assim que funciona uma equipa, é para isto que existe um Vice-Presidente. O Vice-Presidente foi determinante na comunicação com a comunidade. Foi ele que tomou as rédeas de toda a operação local e foi o Presidente que fez a gestão do relacionamento do concelho de Porto de Mós com o Governo, e foi necessário e fundamental fazê-lo. Disse que fez dezenas de reuniões com entidades ligadas às Infraestruturas de Portugal, à EDP, à e-redes, à rede elétrica nacional, às operadoras de comunicações, aos vários reguladores. Nestas questões alguém tem de estar presente, correndo-se o risco de se ficar para trás. A presença do Presidente da Câmara e dos restantes nove da Região de Leiria, foi fundamental. Disse ainda que, num espírito de solidariedade, ficar-lhe ia mal, no concelho que foi menos atingido, dizer que não podia estar presente, enquanto responsável da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, sobretudo com membros do Governo, a tomar decisões importantíssimas para a região, tendo uma equipa extraordinária a trabalhar no terreno, em conjunto com os senhores Presidentes de Junta. E foi isso que o tranquilizou. Todos os dez Presidentes de Câmara tiveram, durante todo o tempo, praticamente reuniões diárias no Centro de Operações de Leiria. O que aconteceu foi uma presença efetiva no concelho de Porto de Mós, e a opção que fez foi que, a comunicação com os municípios de Porto de Mós fosse feita pelo seu Vice-Presidente. No que se refere à parte das aspas, disse que neste momento há 22 baixas nas escolas. A Câmara cumpre o rácio do Ministério da Educação, em dobro. Para que se saiba, a Câmara recebe do Ministério da Educação, metade do valor que paga às auxiliares. E este dobro já vem detrás, antes até, de ser Presidente da Câmara. Os seus antecessores receberam a educação em 2009, e a partir daí, começaram a contratar pessoas para dar resposta nas escolas primárias. Esta situação foi sendo reforçada, mas a parte das baixas também foi aumentando. Nestas últimas semanas, disse que tem havido problemas agravados, tendo sido solicitado apoio às IPSS's para ajudarem no fornecimento das refeições. Disse depois que passa todos os dias junto do Centro Escolar, vendo ali muitas crianças a brincar, mas nunca tendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

visto ali nenhuma auxiliar. No que se refere aos espaços da ADP, são responsabilidade da ADP. Os espaços do ATL ou os espaços que são usados no Centro Escolar, são os espaços que foram definidos pelo Ministério da Educação. No que se refere às piscinas, disse que o 1º ciclo usa a piscina e o pré-escolar não tem porque as educadoras optaram por não ter, tendo outras atividades. Foi uma opção. Há um baloiço que efetivamente está danificado, que é o das cordas, havendo o compromisso da empresa de que será reparado na próxima semana. Disse ainda que os baloiços são poucos, mas não pode haver um baloiço para cada criança. Passou depois a responder ao deputado Rui Marto, dizendo que a encosta do Castelo vai ter que receber pregagens em madeira, como já foi feito na parte poente do Castelo, numa derrocada há alguns anos atrás, sendo que o orçamento que tem é de mais ou menos, um milhão de euros, para consolidar toda a encosta do Castelo. Depois é o muro da Ania na Estrada 362, o talude na Rua João Lopes Coelho da Silva, no Juncal e por fim, o muro da Silmar, na Cruz da Légua, que caiu. A estimativa que foi enviada para a CCDR, é de 3,3 milhões de euros. Sobre a Escola Secundária de Porto de Mós, não há prorrogação de prazo. O Vereador Marco Lopes tem reuniões semanais com a equipa da obra, e na última, verificou que os trabalhos estão adiantados uma semana, estando a empresa a trabalhar dentro dos prazos previstos. No que se refere às cheias nas Pedreiras disse que foi de facto grande. A questão da Tremoceira, tem alguns problemas, que foram criados por particulares. Ainda respondendo a Rui Marto, disse que o Cineteatro foi fechado e vai continuar fechado, pois a intervenção que vier a ter não será apenas a reparação dos danos causados pela tempestade, mas será uma intervenção com o caráter mais definitivo. A estrada 242-4 irá ter uma intervenção significativa, que orçará os seiscentos mil euros. Serão feitas substituição de condutas e uma pavimentação em condições de um dos troços mais importantes do concelho, em estradas municipais. O pavilhão gimnodesportivo, também sofrerá uma intervenção ao nível do telhado e do piso, o mesmo acontecendo com o Juncal, de forma a garantir o futuro destes equipamentos.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----A senhora Presidente referiu que se aproxima o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e a Assembleia Municipal, como já vem sendo hábito irá assinalar a data, homenageando mulheres do concelho, e que se têm destacado em diversas área de intervenção. Este ano, foi decidido homenagear as mulheres voluntárias das Conferencias e Grupos Sócio Caritativos do concelho de Porto de Mós. Esse ato ocorrerá na Real Factory, no Juncal, pelas 15 horas do dia 8 de março. Estas mulheres, de uma forma discreta e silenciosa, dedicam muito do seu tempo, ao serviço dos outros. Ao homenagearmos este mulheres voluntárias, estamos a dizer publicamente que o seu contributo é essencial para a coesão social do concelho. Disse depois que este ano, se assinalam os 50 anos do Poder Local. No dia 26 de dezembro completam-se os 50 anos das primeiras eleições

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

livres em Portugal, estando esta Assembleia Municipal a preparar um conjunto de iniciativas de que se dará nota oportunamente. -----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação a **ata nº 5 de 2025**, realizada em trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco, perguntando se alguém queria fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Não havendo qualquer reparo, a senhora Presidente, pôs a votação a **Ata nº 5 de 2025**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**2. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2025 – Para conhecimento; 3. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2025 – Para conhecimento; 4. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2025 – Para conhecimento:** -----

-----O senhor Presidente passou a apresentar o documento que a seguir se transcreve, que foi aprovado em reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2026:-----

-----“De acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, os documentos anexos a esta informação, que dela fazem parte integrante, constituem os compromissos plurianuais existentes e os recebimentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2025, não existindo pagamentos em atraso à mesma data a declarar.-

-----As declarações acima referidas deverão ser remetidas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para conhecimento nos termos do disposto na alínea c) do artigo n.º 2 do artigo n.º 15 da supra mencionada Lei. De acordo com o n.º 3 da Lei acima citada, articulado com o preceituado no artigo 17.º do Decreto-Lei 127/20212, de 21/06, na sua atual redação, deverão ainda as declarações e respetivos anexos ser publicados na página da internet do Município de Porto de Mós e integrar o relatório e contas do ano económico respetivo:-----

-----Declaração de Compromissos Plurianuais a **31/12/2025**; -----

-----Declaração de Recebimentos em Atraso a **31/12/2025**; -----

-----Declaração de Pagamentos em Atraso a **31/12/2025**. -----

-----Em face do atrás aludido deverão estes documentos ser submetidos à reunião da Câmara Municipal e posteriormente à sessão da Assembleia Municipal, para tomada de conhecimento pelos respetivos órgãos do Município.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu ainda uma explicação relativamente às dívidas existentes com o Município, cuja origem são fundamentalmente de fornecimento de água e serviços ligados essencialmente à educação. Findos os prazos de pagamento voluntário, são esses

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montantes cobrados coercivamente através de execução fiscal, efetuada pela Autoridade Tributária.-----

-----**Patricia Pereira Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS:---**

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que queria saber também sobre a cobrança das rendas dos edifícios do Município.-----

-----O senhor Presidente respondeu que, relativamente às rendas dos edifícios, assim que ultrapassado o prazo legal do pagamento, serão acionadas as garantias bancárias.-----

-----**5. 1ª Modificações aos Documentos Previsionais 2026-2030: -----**

-----**5.1. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 (apreciação, discussão e votação); 5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026 (apreciação, discussão e votação); 5.3. 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026 (apreciação, discussão e votação): -----**

-----O senhor Presidente passou a apresentar a informação que a seguir se transcreve e que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de fevereiro:-----

-----“Considerando que: -----

-----O n.º 6 do art.º 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, confere maior flexibilização na utilização do “saldo de gerência anterior”, na medida em que parte deste saldo resulta das receitas consignadas, pode ser incorporado na execução orçamental do ano, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas, concretizando-se por meio de uma alteração orçamental com aprovação do mapa de fluxos de caixa; -----

-----A incorporação do saldo de gerência não está dependente da apreciação e votação do relatório e contas pela Assembleia Municipal, mas tão só, da aprovação pelo órgão competente, a Câmara Municipal, do mapa dos fluxos de caixa onde o mesmo é apurado; -----

-----Igual procedimento acontece desde o início do exercício com a incorporação, no apuramento dos fundos disponíveis de janeiro, das verbas inerentes ao saldo da gerência, conforme determina a alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação; -----

-----O mapa de fluxos de caixa / demonstração do desempenho orçamental do ano de 2026 foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 22 de janeiro do corrente ano, onde se apurou um saldo de gerência desse exercício no montante de 10.435.641,48 €, deste valor há montantes que correspondem a receitas consignadas oriundas do PRR para a obra “Escola Secundária de Porto de Mós – Requalificação e ampliação” e da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, para a obra: “Requalificação das margens e desassoreamento do Rio Lena, no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montante total de 228.944,77 €. -----

-----Ademais, o artigo 124.º da Lei 73-A/2025, de 30 de dezembro (Lei do O.E. para 2026), determina o seguinte: -----

-----"Integração do Saldo de execução orçamental: -----

-----Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental." -----

-----O saldo da gerência incorporado na presente revisão visa financiar despesa corrente no montante 530.641,48 € e despesa de capital no valor de 6.405.000,00 €. -----

-----A presente revisão tem um especial enfoque de transferir dotações de projetos previstos nas grandes Opções do Plano de "financiamento não definido", para "financiamento definido", os projetos constantes no Plano Plurianual de Investimentos que foram aprovados nos documentos previsionais iniciais nessa situação. -----

-----Inequivocamente esta é uma revisão atípica atento o momento em que o concelho e a região se confronta com os efeitos provocados pelos tempestade "Kristin" e o rasto de destruição que deixou sobre estes territórios que afetam sobremaneira as empresas, instituições e as pessoas e, portanto parte da estratégia definida para este mandato e devidamente plasmada nos documentos previsionais terão que ser alteradas, pois as necessidades prementes das populações alteraram-se radicalmente e o Município enquanto entidade pública mais próxima das populações tem a obrigação legal e institucional de dotar o território com as melhorias que em cada momento melhor se coadunam com as necessidades coletivas, este será também a realidade neste Município que não pode ser escamoteada. -----

-----Valores significativos de investimento planeados para novas obras serão direcionadas para a reposição e reparação das existentes e que se encontram danificadas devido ao fenómeno natural da noite de 28 de janeiro, pelo que alguns dos investimentos serão suprimidos ou terão que ser adiados para anos seguintes, no entanto, como já explicitado sempre a bem das pessoas que habitam sobre este território. -----

-----No âmbito desta revisão foi ainda incluído um novo projeto para o qual irá haver um protocolo entre o Município e um organismo do Ministério da Justiça: -----

-----1 111 2026/161 "Requalificação do Edifício do Tribunal de Porto de Mós" -----

-----As Gop`s iniciais detinham um conjunto de rubricas como "dotação não definida" para que pudessem ser dotadas no âmbito desta revisão, algumas tal ocorreu, outra não foi possível, porquanto houve necessidade imperiosa de reforçar as dotações de reparações de património diverso, pavimentações, arranjos urbanísticos, aquisição de bens e serviços para mitigar os efeitos da tempestade e precaver situações futuras neste domínio, que se tornaram prioritários em detrimento de outros que foi destruído com catástrofe tendo em conta a necessidade de redefinir prioridades para o Município, conforme já havia sido aludido em parágrafos anteriores, bem assim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como reforçar dotações de alguns investimentos que serão para realizar no curso to prazo (EX. pavimentação da E.N. 242-4, ampliação do cemitério de Porto de Mós, requalificação do edifício dos Gorjões) ajustar alguns valores das GOP`s para anos seguintes;-----

-----Em resumo do que atrás está escrito poderemos dizer de forma clara e inequívoca que esta não seria a revisão que pretendíamos apresentar para incorporação do saldo de gerência, mas as contingências do momento, infelizmente, obrigaram a alterar a estratégia. -----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 33.º, e da alínea a), do n.º 1, do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as revisões orçamentais (Alterações Modificativas) devem ser aprovadas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. -----

-----Tendo em conta tudo o atrás referenciado, proponho: -----

-----1) A aprovação da presente proposta de Alteração Orçamental Modificativa, nos termos do disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), mais precisamente na NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, em articulação com o POCAL, no Ponto 8.3.1 -Modificações do Orçamento e da alínea c), n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e submeter à votação da Assembleia Municipal; -----

-----2) Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a integração do Saldo de Gerência no âmbito da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento do ano 2026, considerando a prévia aprovação dos Mapas de "Fluxos de Caixa" e da "Demonstração de Desempenho Orçamental", em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do Artigo 33.º, bem como, da alínea a), do n.º 1, do Artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor."-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que se está hoje a apreciar a 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e às Atividades mais Relevantes do Orçamento de Receita e da Despesa para o ano de 2026. O saldo de gerência do valor de dez milhões quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e um euros e quarenta e oito centimos, está a ser incorporado numa ação financeira prudente e politicamente responsável. Trata-se de uma reprogramação claramente estratégica e que reforça também a capacidade de resposta do Município, nesta situação excecional, que se está a viver. Realçou que o Município não está a recorrer a endividamento para financiar esta revisão, está a utilizar saldo disponível. Para além da gestão responsável que é demonstrada, esta revisão é também, motivada por circunstâncias excecionais, sendo uma revisão de adaptação aos tempos atuais. Como é expressamente referido, esta alteração surge no contexto marcado pelos efeitos da tempestade Kristin. O concelho está a ser governado com realismo, colocando as pessoas à frente das opções do executivo. Concluindo, disse que não há um aumento descontrolado da despesa, não há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recurso excessivo a financiamentos externos, não há desvio de equilíbrio financeiro, há sim a utilização responsável do saldo de gerência, e portanto, enquanto deputado municipal, votará favoravelmente esta proposta. Por fim, referiu os heróis anónimos que estiveram no terreno, sem limites, sempre disponíveis para auxiliar aqueles que mais precisavam-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que já aquando da aprovação do Orçamento a sua bancada deu a sua concordância e o benefício da dúvida ao executivo, portanto, neste momento, e por maioria de razão, tendo em conta as circunstâncias, também o fará. Ainda assim, questionou duas situações: pediu ao senhor Presidente que desse algumas informações sobre o protocolo com o Tribunal. Desafiou depois o senhor Presidente, a reforçar a área da Proteção Civil, Por fim, fez menção à Rádio Local e às prioridades que deveria ter definido na altura da tempestade. -----

-----O senhor Presidente da Câmara agradeceu a Nuno Salgueiro as referências que fez, e relativamente aos heróis anónimos, disse que vieram aqui membros do Governo, mas se se puxar atrás a fita do tempo, verifica-se que não estiveram cá televisões, e isto diz bem, da vontade que tiveram, de tentar resolver pacificamente, os problemas às populações. Sobre as questões de Rui Marto, disse que queria reconhecer e agradecer o voto favorável por parte da bancada do Partido Socialista. Sobre a questão do reforço da área da Proteção Civil, disse que não se tem reforçado esta verba, porque uma parte significativa dos investimentos, os que são mais musculados, são investimentos da Comunidade Intermunicipal. A comunidade Intermunicipal, ficou para si, com a parte da gestão dos Fundos Comunitários ligados à Proteção Civil, para ser feita uma distribuição equitativa. Sobre a questão da Rádio Local, foi definido um princípio, tendo sido o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós, e o ponto de encontro, no caso de um novo e futuro apagão, será na Junta de Freguesia de Porto de Mós, que tem um gerador com capacidade para poder por a funcionar a rádio, que deslocalizando alguns equipamentos, funcionará na Junta de Freguesia. Disse ainda que o Município disponibilizou um gerador para a rádio poder emitir, e foi a partir daí que se passou a ter emissão da Rádio D. Fuas. Reconhecendo a importância que tem, disse que na altura, tiveram que ser priorizados lares, abastecimento de água e só depois vieram os outros. No que se refere ao protocolo referente ao Tribunal, disse que lhes foi solicitada uma avaliação de custos, para ser pintado e limpo, e um pedido para se fazer um contrato interadministrativo, que foi o que fizeram. O contrato ainda não está assinado. No momento em que o estiver lança-se o procedimento, faz-se a obra e depois a Câmara recebe o valor do Ministério da Justiça, que orçará em cerca de sessenta mil euros. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente colocou a votação todos os três subpontos, separadamente: Em primeiro lugar, foi posto a votação o ponto - **5.1. 1º**

Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2026 – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente pôs a votação o subponto **5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2026** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. --

-----Finalmente, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação, o subponto **5.3. 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2026** - tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Proposta de Carta Municipal da Habitação (apreciação, discussão e votação) e 7. Proposta de declaração fundamentada de carência habitacional (apreciação, discussão e votação);**-----

-----O senhor Presidente passou a apresentar a informação que a seguir se transcreve e que foi aprovada em reunião de Câmara de 5 de fevereiro, referente ao ponto 6 desta Ordem de Trabalhos:-----

-----“No âmbito das atribuições do Município em matéria de habitação e ordenamento do território, e tendo presente a necessidade de responder aos atuais desafios habitacionais, considera-se o seguinte: -----

-----A atual conjuntura marcada por uma crise habitacional grave exige a adoção de uma política de habitação robusta, inclusiva e integrada, que assegure o acesso universal a uma habitação adequada; -----

-----A nova abordagem à problemática da habitação insere-se numa estratégia municipal mais ampla, que cruza as dimensões da sustentabilidade, coesão social e territorial, regeneração urbana e recuperação demográfica; -----

-----O objetivo primordial de garantir o **direito de todos a uma habitação condigna**, associado ao dever de promover um **desenvolvimento municipal equilibrado e justo**, justifica e enquadra a **elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH)**, promovendo a **articulação entre as políticas de habitação e as demais políticas públicas municipais**; -----

-----A CMH, nos termos do artigo 22.º da **Lei de Bases da Habitação** (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro), constitui um **instrumento de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação**, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e estratégias municipais; -----

-----No caso do Município de Porto de Mós, estando em curso a 2.ª **Revisão do PDM**, a CMH assume um papel relevante de participação e contributo, reforçando a componente habitacional da proposta de plano em revisão; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A CMH integra, em particular e de acordo com a Lei, as seguintes matérias: -----

-----a) O diagnóstico das carências de habitação na área do município; -----

-----b) A identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais, nomeadamente em solo urbanizado expectante, em urbanizações ou edifícios abandonados e em fogos devolutos, degradados ou abandonados; -----

-----c) O planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes da instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas a instalar; -----

-----d) A definição estratégica, com identificação das prioridades, objetivos e metas a alcançar no prazo da sua vigência; -----

-----Mais, considerando que: -----

-----Este documento estratégico carece de aprovação em Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, depois de auscultados os órgãos das freguesias e após o período de consulta pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro, na sua redação atual;-----

-----As Juntas de Freguesia foram auscultadas, tendo-se realizado uma sessão de trabalho a 14 de julho de 2025, no Auditório da Câmara Municipal de Porto de Mós. Adicionalmente, toda a documentação relativa à CMH de Porto de Mós foi disponibilizada às Juntas de Freguesia, solicitando-se o envio de contributos. Não foram recebidos contributos por parte das Juntas de Freguesia; -----

-----A CMH esteve em Consulta Pública (Aviso n.º 21446/2025/2 de 27 de julho), por deliberação da Câmara Municipal de Porto de Mós, em reunião ordinária pública de 07 de agosto de 2025, por um período de 30 dias úteis, tendo resultado o total de uma participação recebida que foi analisada e sobre a qual se elaborou o respetivo relatório de ponderação que constitui o anexo 2 da presente proposta; -----

-----No âmbito da elaboração da CMH, a Assembleia Municipal pode aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, uma declaração fundamentada de carência habitacional, nos termos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, na sua redação atual;-----

-----A declaração fundamentada referida no número anterior habilita o município, através da Câmara Municipal, recorrer aos seguintes instrumentos: -----

-----a) Reforço das áreas destinadas a uso habitacional no PDM ou outros planos territoriais;---

-----b) Condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais municipais definidas na CMH para habitação permanente e a custos controlados; ----

-----c) Exercício do direito de preferência, nos termos da presente lei e demais legislação aplicável; -----

-----Assim, propõe-se que: -----

-----No exercício das competências que lhe são conferidas conjugadamente pelo n.º 2, do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro, na sua redação atual e pela alínea a), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal de Porto de Mós delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal a Carta Municipal de Habitação nos termos que constam dos documentos que aqui se anexam e fazem parte integrante da presente proposta.-----

-----Anexos:-----

-----1. Carta Municipal de Habitação;-----

-----2. Relatório de Ponderação da Consulta Pública."-----

-----O senhor Presidente disse ainda que a Carta Municipal de Habitação é um documento obrigatório para a revisão do PDM. Há pouco, por lapso não respondeu ao deputado Rui Marto sobre o ponto de situação do PDM, pedindo permissão para o fazer agora. Continuando disse que o PDM de Porto de Mós, sob o ponto de vista administrativo, está concluído para ser entregue na CCDR, para a reunião de concertação, para depois ir a discussão pública, seguindo-se a reunião de Câmara e finalmente a Assembleia Municipal. Existe um problema, que diz respeito à Reserva Ecológica Nacional, que tem, obrigatoriamente, que ter parecer da APA. O que acontece, é que a APA, por força de alguma divergência na cartografia, não está disponível para aceitar a cartografia homologada que foi apresentada e que a lei prevê. Este conflito dura desde agosto do ano passado. O Município de Porto de Mós, não pode abdicar daquilo que é a lei, estando a ultimar um documento conjunto com a CCDR, que está de acordo e alinhada com o Município, no sentido de se poder ultrapassar esta questão. A Carta Municipal de habitação, tem aqui uma particularidade que tem a ver com o momento atual em que se vive, porque dela, vai emergir um segundo documento que é o ponto seguinte desta ordem de trabalhos. – declaração fundamentada de carência habitacional no concelho de Porto de Mós. Passou depois a falar também do ponto 7 da Ordem de trabalhos **Proposta de declaração fundamentada de carência habitacional**, apresentando a informação que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 05.02.2026, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Nos termos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, no âmbito da elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH), a Assembleia Municipal pode aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, uma Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, a qual reconhece formalmente a existência de carências habitacionais no território municipal, sustentadas no diagnóstico e na estratégia definidos na CMH. -----

-----De acordo com o n.º 6 do mesmo artigo, a aprovação desta declaração habilita o Município, através da Câmara Municipal, a reforçar as áreas destinadas a uso habitacional no Plano Diretor Municipal ou noutros planos territoriais, a condicionar operações urbanísticas privadas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao cumprimento das metas habitacionais municipais definidas na CMH, designadamente para habitação permanente e a custos controlados, e a exercer o direito de preferência, nos termos da lei aplicável. -----

-----Adicionalmente, nos termos do n.º 7 do artigo 22.º, os municípios com Declaração Fundamentada de Carência Habitacional aprovada beneficiam de prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, à reabilitação urbana e à integração de comunidades desfavorecidas. -----

-----Atendendo a que as potencialidades habitacionais existentes no concelho de Porto de Mós se revelam insuficientes face ao crescimento demográfico projetado para a próxima década (Carta Municipal de Habitação de Porto de Mós), evidencia-se a necessidade de formalização de uma Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, a aprovar em Assembleia Municipal após a aprovação da Carta Municipal de Habitação. -----

-----Assim, propõe-se que, no exercício das competências que lhe são conferidas conjugadamente pelo n.º 5 do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, na sua redação atual, e pela alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal de Porto de Mós delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, nos termos constantes do documento que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta. -----

-----Anexo: -----

-----1. Declaração Fundamentada de Carência Habitacional."-----

-----**Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH)** -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que a Carta Municipal de Habitação é um documento importante que permite candidaturas da Instituto da Habitação e reabilitação Urbana, mas há uma questão política, que não pode ser ignorada. Qual é a prioridade deste Município na atribuição de habitação? Porto de Mós, precisa de fixar população ativa, precisa de jovens trabalhadores, precisa de casais que descontam e que querem constituir família e que hoje, não conseguem aceder a habitação digna, no concelho onde trabalham. A habitação pública, não pode ser apenas uma resposta assistencial, tem de ser também uma ferramenta na certeza do seu desenvolvimento. Se não se criarem condições, para que os nossos jovens fiquem, continuamos a assistir ao envelhecimento do concelho e à desertificação das freguesias. Por isso, defendemos quatro princípios claros: primeiro, prioridade a agregados com atividade profissional comprovada no concelho; segundo, criação de um programa municipal de apoio à primeira habitação para jovens trabalhadores com carteiras transparentes; terceiro, total transparência na Carta Municipal da Habitação: quantas casas é que foram atribuídas, a quem é que foram atribuídas, e com que critérios é que foram atribuídas. Solidariedade social é importante, mas o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equilíbrio social também o é. A Carta Municipal da Habitação de Porto de Mós, identifica, vulnerabilidades sociais, mas deve também integrar o eixo claro de fixação ativa: trabalhadora e jovem. Porto de Mós, deve ser um concelho, onde quem trabalha, tem prioridade para viver. Terminando, disse que esta é a visão que defendem.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia que a documentação enviada, nomeadamente a Carta Municipal da Habitação não se consegue ler em tão pouco tempo, pedindo alguma atenção nestas situações, principalmente quando alguma documentação é muito extensa. Passou depois a falar positivamente sobre a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, dizendo que concorda com todos os seus pontos. -----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a Carta Municipal da Habitação é um documento que deriva da Lei de Bases da Habitação, um instrumento estratégico que define a visão, os objetivos e as soluções para responder às necessidades habitacionais do concelho. Tem como base o diagnóstico participado das carências da habitação na área do Município, integrando dados quantitativos e qualitativos com a leitura crítica do território. Identificar com clareza as carências habitacionais, tipologias, população e situação de vulnerabilidade em zonas prioritárias de intervenção. Todos sabem da necessidade de habitação no concelho. A solução de habitação nos territórios, sempre esteve muito focada na iniciativa privada, tornando-se um dos pilares mais significativos da economia local e nacional. O Estado tem obrigação de proporcionar medidas e criar mecanismos para aligeirar a situação da crise habitacional. O Estado deve regular o mercado habitacional e proporcionar medidas de confiança, para que os privados possam investir e colocar mais imóveis no mercado. Proporcionar investimentos em habitação a custos controlados, de forma a responder a muitas famílias sem condições de acesso ao mercado normal, pela falta de rendimento, ou outros recursos. Quanto à Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, disse ter algumas medidas interessantes embora nem todas sejam vantajosas para os investidores, tratando-se de um documento estratégico para o Município.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo ao senhor Ricardo Gomes que está completamente de acordo e que o concelho precisa de mais habitação. O Município definiu um caminho, que não é de agora e que em primeiro lugar é a reabilitação, em segundo lugar, apoiar o arrendamento jovem e em terceiro lugar promover a habitação a custos controlados. A habitação a custos controlados é uma questão de região. A região de Leiria está a avançar com um projeto de integração de património do Estado e património Municipal para se candidatar, quer a Fundos Comunitários, e somos, uma das poucas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regiões que tem disponível 15 milhões de euros de fundos na CCDR, para poder avançar com este projeto e em simultâneo, pensar em avançar para um financiamento BEI, em nome da Comunidade. O que está hoje para apreciação, a Carta Municipal da Habitação, que orienta o Município através do instrumento de gestão do território, o PDM, para aquilo que são as suas prioridades.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto **6. Proposta de Carta Municipal da Habitação**, da Ordem de Trabalhos, posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Sobre o ponto 7 da Ordem de Trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia questionou se havia alguém que quisesse intervir, tendo-se inscrito Carla Patricia Frazão Ferreira Calé (CH) e Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH).-----

-----**Carla Patricia Frazão Ferreira Calé (CH):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o seu grupo tem uma serie de questões que passaria a colocar. Em termos de habitação social, perguntou quantas habitações tem o Município. Quantas pessoas vivem atualmente em habitações municipais e há quanto tempo. Quanto pagam de renda e qual o valor de rendas em dívida. Devem abastecimento de água e taxas de saneamento? Quantos beneficiários e RSI tem o concelho? Há algum levantamento de atestados de residência, em zonas identificadas como estando ocupadas abusivamente ou com sobrelotação? Quanto à Área de Reabilitação Urbana, quantas habitações já foram ou estão a ser recuperadas ao abrigo destes apoios? Existe, ou pode ser criado um programa idêntico para casas rurais nas aldeias mais rusticas e com uma densidade populacional, tendencialmente crescente, revitalizando dessa forma, as aldeias em risco de desertificação e aumentando ao mesmo tempo a oferta? Relativamente aos particulares e casas que foram danificadas pela Kristin, há possibilidade de isentar de IML, algumas dessas casas ou dessas empresas? -----

-----**Ricardo Jorge Almeida Gomes (CH):**-----

-----Usando da palavra disse que na documentação que recebeu, assumem que o imigrante com muito dinheiro está em carência habitacional, o desempregado de longa duração está em carência habitacional, está tudo em carência habitacional, mesmo os que trabalham todos os dias e não conseguem ter uma casa, perguntou. Por isso, disse, é que falou de um regulamento que estabelecesse como prioridade as pessoas que estão a trabalhar e a fazer alguma coisa pelo concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara, respondendo, disse que este é um documento que revela que o concelho tem carência habitacional. É um documento que vai incorporar um PDM, para que se possam ter terrenos para poder construir., e portanto isto não tem nada a ver com aquilo que o deputado Ricardo Gomes esteve a dizer. Este é um documento estratégico, para que a Câmara possa ambicionar, ter disponibilidade dos órgãos competentes para decidir, dos terrenos do concelho, que possam eventualmente dizer que naquela zona se pode construir, sejam agentes privados ou públicos. Sobre a questão colocada pela deputada Carla Calé, disse que o Município de Porto de Mós, no passado, alienou as únicas casas sociais que tinha, e as pessoas que vivem nessas casas, no Bairro do Carrascal, têm as casas na sua posse, na sua grande maioria. Há pessoas que pagam renda, por conta da compra da casa. É um processo antigo, que está em curso e que continua a ser respeitado. Disse ainda que tem pena que aquele Bairro não seja da Câmara, porque aí sim, e por atenção às pessoas que lá estão há muitos anos, estaria disponível para fazer uma limpeza daquelas casas e construir um bairro novo. Disse ainda que a deputada lhe fez perguntas que não sabe responder, não sabe se existe algum incumprimento ao nível das rendas, mas reforçou que são rendas por conta da aquisição e são rendas de baixo custo. Sobre a questão da ARU, disse não ter presente os números que perguntou. As casas quando são reabilitadas as pessoas têm o direito de pedir a contribuição da Câmara, relativamente aos 6 euros por metro quadrado de recuperação de fachada, pedir a isenção ou redução de ocupação de espaço público e sobretudo o direito de pedir a redução do IVA para 6%. Ainda em relação às ARU's, estas não nascem da vontade dos autarcas. Há legislação própria, que está regulamentada no Município de Porto de Mós. Existem ARU's em Porto de Mós e Corredoura, Juncal, Mira de Aire e Alqueidão da Serra, sendo que, se irá avançar para a ARU de Serro Ventoso, estimulando a população a avançar com a reabilitação urbana de Serro Ventoso. Existe também a vontade de avançar para uma ARU para S. Jorge, mas aqui há uma condicionante, tem um ónus da Direção Geral do Património, do Estado Português por causa do Campo Militar, e enquanto não estiver concluída e clarificada a questão do Plano de Pormenor de Salvaguarda, não se pode avançar para essa solução. Sobre a questão das aldeias, o regulamento deste PDM, prevê a salvaguarda das aldeias. No que se refere às casas afetadas pela tempestade, não se prevê redução de IMI, sendo que as mesmas vão ter apoio, porque assim ir-se-ia generalizar uma coisa que não o pode ser.-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 7 da Ordem de Trabalhos "**Proposta de declaração fundamentada de carência habitacional**", que foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----**8. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2025 e seguintes (Para conhecimento)**;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente passou a apresentar a informação que a seguir se transcreve e que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de fevereiro, referente ao ponto 8 desta Ordem de Trabalhos, dela dando conhecimento a esta Assembleia Municipal:-----

-----"A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22 /2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 27 de dezembro de 2024 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2025, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

-----Face ao cumprimento das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2025, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos plurianuais assumidos no período de 25/11/2025 a 31/12/2025. -----

Data	Designação	Montante		
		Ano 2025	Anos seguintes	Total
27-11-2025	Renovação do contrato de manutenção e suporte da aplicação Archeevo	514,21€	17.997,29€	18.511,50€
28-11-2025	Empreitada de Requalificação da escola do Tojal	47.250,00€	500,67€	47.750,67€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

03-12-2025	Serviço de limpeza das piscinas municipais – ano 2026 e banco de horas para limpeza de diversos edifícios municipais	5.537,46€	27.374,87€	32.912,33€
12-12-2025	Aquisição de serviços de acompanhamento à implementação do RGPD e DPO	1.660,50€	16.051,50€	17.712,00€
15-12-2025	Empreitada de pavimentação em diversas Ruas nas freguesias do concelho – Ruas em Mira de Aire	26.980,45€	40.720,69€	67.701,14€

-----**9. Adenda ao acordo de transferência de recursos para a freguesia do Alqueidão da Serra – Proposta (apreciação, discussão e votação);**-----

-----O senhor Presidente passou a apresentar a informação que a seguir se transcreve e que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de fevereiro, referente ao ponto 9 desta Ordem de Trabalhos;-----

-----“Considerando a transferência de competências dos municípios para as freguesias efetuada por força do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto -Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais; ---

-----Considerando que o Município de Porto de Mós e as freguesias do concelho, após a autorização dos respetivos órgãos deliberativos, celebraram em 22/12/2020, o Acordo de Transferência de Recursos do Município de Porto de Mós para as Freguesias do concelho, doravante designado de Acordo de Transferência de Recursos; -----

-----Considerando que o citado Acordo de Transferência de Recursos prevê na sua cláusula 8.ª a possibilidade de o mesmo, poder ser alterado, obedecendo essa alteração à forma escrita; ---

-----Considerando ainda que, nos termos da cláusula 4.ª do mesmo Acordo de Transferência, os recursos previstos podem ser alterados desde que, exista deliberação dos órgãos deliberativos das partes outorgantes; -----

-----Considerando que pelas razões acima expostas, o referido Acordo de Transferência tem vindo a ser alterado, e consequentemente, objeto de Adenda para formalização dessas alterações;

-----Considerando que a Freguesia de Alqueidão da Serra passou a integrar a Estrada Romana do Alqueidão da Serra, na lista de espaços de gestão e manutenção de espaços verdes;---

-----Considerando que as partes outorgantes reconhecem, que pelas mesmas razões que ditaram a celebração do Acordo de Transferência de Recursos, é indispensável prever os recursos financeiros adequados à realidade ora referida, no considerando anterior. -----

-----Considerando que pelas razões acima expostas, o referido Acordo de Transferência foi objeto de alteração formalizada por Adenda em XXX/XXX/2025; -----

-----Considerando que as partes reconhecem que se mantêm os pressupostos que ditaram a referida Adenda, torna-se necessário proceder à alteração do Acordo inicialmente celebrado pelas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partes, de modo a atualizar os respetivos recursos financeiros referentes ao Anexos I e II. -----

-----Assim, proponho nos termos e ao abrigo da competência conferida pela alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que para efeitos de aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, a minuta da Adenda ao Acordo de Transferência de Recursos para a Freguesia de Alqueidão da Serra, conforme documento em anexo, seja remetida à próxima reunião da Câmara Municipal." -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Adenda ao acordo de transferência de recursos para a freguesia do Alqueidão da Serra – Proposta** – colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, dizendo que se encontra disponível para qualquer questão que entendam colocar-lhe.-----

-----Não houve qualquer pedido de intervenção.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

- -----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 5.1, 5.2, 5.3, 6, 7, e 9 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 22.17 horas do dia 27 de fevereiro de 2026, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

